



## A EDUCAÇÃO DO CAMPO A PARTIR DE PRESSUPOSTOS AGROECOLÓGICOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO NO IFPA<sup>1</sup>

**Autor(a): Fernanda Suely Barata**

Mestra em Desenvolvimento Rural.

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará; [fernanda.barata@ifpa.edu.br](mailto:fernanda.barata@ifpa.edu.br).*

**Resumo:** A Educação do campo, modalidade de educação voltada às especificidades da população que vive, trabalha, estuda, se desenvolve no campo, é uma proposta pedagógica desenvolvida a partir dos anseios dos movimentos sociais. Nessa trajetória, eles defendem a valorização do campesinato, suas práticas e tradições, e buscam o direito à terra de onde foram excluídos, durante o processo de formação do país. Ao encontro de tais demandas destaca-se o IFPA conduzindo a instituição à oferta de cursos voltados ao eixo de recursos naturais e da formação de professores. Este trabalho dialoga com os referenciais teóricos que fundamentam a concepção de Educação do Campo e com o processo de articulação da oferta de cursos da instituição em pauta.

**Palavras-Chave:** Educação do campo. Agroecologia. Planejamento educacional.

### **Introdução: Campesinato, Movimentos Sociais e a Educação do Campo**

Historicamente, existem registros de que o campesinato brasileiro foi vitimado pela exclusão a bens sociais, econômicos, culturais, políticos, educacionais. Os índices relativos a analfabetismo, nível de formação, evasão e retenção escolar são alarmantes no âmbito rural (IBGE, 2010). Ao trazer essa condição à tona, os movimentos sociais se mobilizam a fim de buscar a garantia real e exequível de direitos instituídos legalmente.

Conseqüentemente, uma das vitórias conquistadas, fruto de lutas deflagradas pelos movimentos sociais, foi a efetivação de escolas públicas, em áreas de reforma agrária, a fim de atender às comunidades camponesas; são escolas criadas nos assentamentos e que desenvolvem ações pedagógicas estritamente ligadas à vivência no campo, no que pese à território, cultura, identidade, práticas, tradições, crenças.

Entretanto ainda há certa dicotomia vigente, em razão de existirem, em alguns casos, escolas nas zonas rurais dos municípios, que obedecem a critérios pré-estabelecidos pelas secretarias, municipais e estaduais, de educação, desconsiderando a realidade do povo do campo. Críticas infundáveis são feitas às propostas educacionais das secretarias de educação, pois suas práticas levam uma educação urbana aos povos do campo.

---

<sup>1</sup> Trabalho acadêmico produzido com base em pesquisas de Dissertação do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares defendido em setembro de 2017.



Assim, Capra (2008) apresenta a educação do campo como produto de sua materialidade de origem e no movimento histórico da realidade à qual se refere. Um fenômeno dinâmico, em construção, em movimento. Por isso, manter a educação do campo nos moldes da educação urbana é uma incoerência pedagógica.

“Em contraponto à visão de camponês e de rural como sinônimo de arcaico e atrasado, a concepção de educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável” (SOUZA, 2008, p.1090).

Desta forma, o campo ganha conotação de território com a marca dialógica entre sustentabilidade e economia. No qual a própria paisagem é reflexo de resistência ao poderio monetário, resistência à ganância de acúmulo financeiro a partir da homogeneização da produção, do uso de insumos químicos, de maquinário, de sementes híbridas, característicos da agricultura moderna, cartesiana. Concebendo o antagonismo entre paradigma moderno e o paradigma emergente.

### **A Crise entre Paradigmas e a Agroecologia**

Passar a analisar o modelo de desenvolvimento instituído sob outra perspectiva mostra possibilidades interessantes e viáveis. Enquanto o paradigma moderno divide o seu objeto de estudo em partes menores para entendê-lo, o paradigma sistêmico surge como possibilidade de mudança de enfoque, pois o mesmo entende seu objeto de estudo considerando suas características, e a relação existente entre as partes que o compõem como um sistema relacional, dinâmico e interativo. Logo, para o paradigma sistêmico, um fato que gere desequilíbrio ambiental, pode produzir efeitos planetários, numa cadeia de interação, na qual ação e reação repercutem, em diferentes dimensões. De acordo com Capra (1998):

“Na abordagem sistêmica, as propriedades das partes podem ser entendidas apenas a partir da organização do todo. Em consequência disso, o pensamento sistêmico concentra-se não em blocos de construção básicos, mas em princípios de organização básicos. O pensamento sistêmico é "contextual", o que é o oposto do pensamento analítico.” (CAPRA, 1998, p. 31)

A percepção dos fatos decorre de um olhar contextual, no qual o objeto de estudo possui sim, suas propriedades intrínsecas, porém precisa ser percebido em relação ao ambiente, ao tempo, à coexistência relacional com outros elementos.



A humanidade começa a perceber, com mais inquietação, os rumos para os quais está sendo

conduzida, por grupos minoritários da sociedade, que dominam o cenário político-econômico mundial, levando-a a questionar qual modelo de desenvolvimento se quer para o futuro. Pois, o ritmo de desenvolvimento que o sistema econômico mundial vem impondo, desde o século XVIII, cujo marco foi a Revolução Industrial, preconiza a acumulação de bens e capital, supervalorizando fatores econômicos e desconsiderando as questões sociais e ambientais.

Diante da crise do paradigma moderno, surge a Agroecologia (GLIESSMAN, 2007), fundamentada no paradigma sistêmico, auxilia na análise do modelo de desenvolvimento que se quer para a sociedade. Estuda a dinâmica e a função de inter-relações e processos envolvidos. Capra (1998) indica a sustentabilidade vinculada às possibilidades e perspectivas das gerações futuras.

Logo, a Agroecologia apresenta-se enquanto possibilidade viável para a transformação da situação na qual o planeta encontra-se, através do entendimento profundo da natureza, dos agroecossistemas e dos princípios pelos quais eles funcionam (ALTIERI, 2001). Os pressupostos da Agroecologia vão muito além do enfoque ambiental e técnico-produtivo, pois as relações sociais, culturais, políticas também são consideradas na análise sistêmica dos agroecossistemas.

Cientes da necessidade de mudança de paradigma, para a valorização da terra, do produtor e do produto como elementos de um processo que interliga campo e cidade, faz-se necessário voltar aos pressupostos pedagógicos para transformação da atual condição de crise.

É notório o poder da educação para a transformação da sociedade, e atuar pedagogicamente a fim de atender a demandas sociais do campo, é promover, mesmo que a médio e longo prazo, equidade social e econômica. Paro (2007) enfatiza o processo educativo como atualização histórica do homem, e condição para que construa sua própria humanidade social, a partir da apropriação da cultura produzida historicamente.

De acordo com o Relatório de Perspectivas de Urbanização Mundial, publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2014, a população rural encontra-se no patamar de 46% da população mundial. Deste modo, manter o povo do campo excluído do processo educativo, sem acesso aos bens historicamente construídos, significa manter elevado percentual da população nas sombras da ignorância.

Há que se pensar a historicidade dos sujeitos a fim de intervir objetivamente na realidade (CALDART, 2008), aproveitando o saber tradicionalmente construído e o conhecimento científico, para aliados gerarem processos sustentáveis e que levem à equidade social. Através da concepção



Da agroecologia, pode-se pensar em uma educação do campo eminentemente voltada às necessidades de seus sujeitos, a fim de incluí-los, considerando o saber tradicional, valorizando suas práticas, oportunizando espaços de discussão.

A partir da obra de Santos (2007), que aborda a construção de culturas de inclusão, pode-se incluir o Instituto Federal do Pará (IFPA) na discussão. Enquanto instituição pública educacional, este pode desenvolver ações direcionadas, pois sendo a educação ótima mobilizadora de conhecimento e formação cultural, suas políticas institucionais podem voltar-se aos pressupostos de inclusão.

Considerando que a agricultura moderna tem como uma de suas características o esvaziamento populacional do campo, devido ao uso de maquinário, em substituição à mão-de-obra humana. É na agricultura familiar camponesa que se encontra o contingente populacional carente de educação pública de qualidade. Assim, as ações desenvolvidas no IFPA, devem buscar aproximar-se dos sujeitos do campo em busca de suas demandas.

Por isso, a necessidade de engajamento político, voltado à construção de uma identidade de base, vinculada às lutas dos movimentos sociais e às reflexões de teóricos que proponham o desenvolvimento do campo com equidade e justiça social, voltado à sustentabilidade em suas nuances ambiental, social e econômica.

## O IFPA e o planejamento da Educação do Campo

O IFPA, no cenário paraense, possui grande importância no desenvolvimento de proposta educacional emancipadora, em razão da considerável capilaridade, que o faz chegar a 18 municípios diretamente, onde possui sede própria, estendendo sua projeção indiretamente, a outras dezenas de municípios, seja através de convênios ou parcerias de cooperação técnico-educacional.

No IFPA há previsão de oferta de quantitativo considerável de vagas em cursos que atendem às demandas das populações do campo, conforme Tabela 1, a seguir:

**Tabela 1: Previsão de quantitativo de vagas a serem ofertadas pelo IFPA.**

CAMPUS	ANO									
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Quantitativo de vagas em todos os cursos	11951	20760	29185	33996	38827	12155	27710	28260	24414	30390
Quantitativo de vagas em cursos de recursos naturais e Educação do Campo.	1484	2645	3438	4540	5122	4595	6045	5195	5040	7215



<b>% de vagas em cursos de recursos naturais e Educação do Campo em relação ao total de vagas ofertadas.</b>	12,42	12,74	11,78	13,35	13,19	37,8	21,81	18,38	20,64	23,74
--	-------	-------	-------	-------	-------	------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Adaptado de BARATA, 2017.

Em dois de seus campi, Castanhal e Marabá Rural, são visíveis as práticas desenvolvidas com base agroecológica, o desafio é disseminar esse conhecimento aos demais campi, para que cursos e ações, direcionados às populações do campo, possam ser fundamentados em pré-requisitos de sustentabilidade.

Como a educação do campo deve seguir o referencial trazido pelos sujeitos históricos do campo, Souza (2008) apresenta algumas contribuições a respeito:

“Os princípios da educação do campo [...] são os seguintes: a educação do campo de qualidade é um direito dos povos do campo; a educação do campo e o respeito às organizações sociais e o conhecimento por elas produzido; a educação do Campo no campo; a educação do campo enquanto produção de cultura; a educação do campo na formação dos sujeitos; a educação do campo como formação humana para o desenvolvimento sustentável; a educação do campo e o respeito às características do campo” (SOUZA, 2008)

Nessa perspectiva, o planejamento educacional, precisa aliar a previsão de oferta de cursos aos princípios da concepção agroecológica para que haja real atendimento dessas populações e consequentemente ampliação dos níveis de escolaridade na zona rural.

Logo, a sensibilização dos envolvidos no processo de planejamento e execução da educação do campo deve ser constante, a fim de que gestores e professores tenham consciência do fundamental papel que exercem, diante desta parcela significativa da população brasileira.



## Referências

- ALTIERI, M. A. **Agroecología: principios y estrategias para diseñar sistemas agrarios sustentables**. In: Agroecología: El Camino hacia una Agricultura Sustentable. 2001.
- BARATA, F. **Educação do Campo no IFPA: Práticas e Proposições em Planejamento Educacional**. (Dissertação de Mestrado – Programa de Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares – PPDRGEA, do Instituto Federal do Pará - IFPA), 2017.
- CALDART, R. **Sobre Educação do Campo**. In: SANTOS, C. A. (Org.). Por uma Educação do Campo – Campo, Políticas Públicas, Educação. 7 Brasília: Incra, MDA, 2008. P. 67-86.
- CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1998.256p.
- GLIESSMAN, S.R.; ROSADO- MAY, F. J; GUADARRAMA-ZUGASTI, C.; JEDLICKA, J.; COHN, A.; MENDEZ, V.E.; COHEN, R.; TRUJILLO, L.; BACON, C. AND JAFFE, R. 2007. **Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad**. Revista Ecosistemas N° 1, enero-abril. 2007.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/49/agro\\_2006\\_resultados\\_preliminares.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/49/agro_2006_resultados_preliminares.pdf)>
- Organização das Nações Unidas (ONU). **Perspectivas de Urbanização Mundial – Relatório 2014**. Disponível em <http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.
- PARO, Vitor. **Gestão Escolar, democracia e qualidade de ensino**. São Paulo: Ática, 2007.
- SOUZA, M. **Educação do Campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e Produção Científica**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008.